

# A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro. Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas

MARIA EMILIA PRADO

*Departamento de História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Ao longo dos primeiros cinquenta anos que sucederam à independência realizada em 1822, o pensamento político brasileiro foi marcado pelo eclectismo: versão francesa do liberalismo conservador inglês que se ajustava, perfeitamente, à realidade de um império que se pretendia estruturar segundo o modelo político liberal, mas que estava assente numa base social, política e económica que não guardava vínculos com o modelo liberal. Os intelectuais preocupavam-se em apresentar projectos e propostas destinadas a possibilitar a construção de um país dotado de instituições políticas liberais. Num país cuja actividade económica estava centrada no trabalho escravo, a questão da liberdade individual (questão central no modelo anglo-saxão) não constituía tema de debate, salvo excepções,

Homens como Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), autor de *Direito Público Brasileiro*, publicado em 1857; Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos principais nomes do partido conservador; Justiniano José da Rocha, autor de *Acção, Reacção e Transacção* (1855) e, já na segunda metade do século XIX, Paulino José Soares de Sousa<sup>1</sup>, visconde do Uruguai e autor do clássico *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, e ainda o romancista José de Alencar, não faziam qualquer restrição ao exercício da liberdade, a não ser quando esta dificultava os interesses da comunidade. Esses interesses estavam condicionados pelas possibilidades. A este respeito afirmava Bernardo Pereira de Vasconcelos:

---

emiapc@globo.com

“Para que havemos de questionar sobre o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas actuais circunstâncias só nos faculta fazer o que se pode fazer.” (ACD,1826:343)

Também o visconde do Uruguai se manifestou sobre esta mesma questão:

“Não procurar o melhor em abstracto, teoricamente e no papel, mas o que é relativamente possível, e actualmente aplicável. Remover os inconvenientes possíveis, arredar, resignarmos aos inevitáveis, ou procurar atenuá-los, e esperar do tempo, do desenvolvimento do espírito público, e do senso prático da população, aquele maior grau de melhoramento que pode atingir as sociedades humanas.” (VISCONDE DE URUGUAI 1862:360)

Pode-se afirmar que, de maneira geral, os intelectuais do Império do Brasil eram partidários do liberalismo constitucional. Poucos eram os que como, por exemplo, Braz Florentino Henriques de Souza, autor de *Do Poder Moderador*, empreendiam a defesa da monarquia absoluta. Por outro lado, a questão da liberdade individual não era, de modo algum, consensual entre os liberais do império. Ao contrário, a estruturação do Estado e a engenharia política eram os temas centrais sobre os quais reflectiam. Governo centralizador ou governo descentralizado, maior intervenção do Estado ou autonomia provincial, unidade nacional ou poder local e/ou regional eram as questões que constituíam o núcleo do debate. De facto, a principal divergência entre os membros do Partido Conservador e os do Partido Liberal, residia na discussão sobre a defesa de um governo centralizador (Partido Conservador) ou de um governo que concedesse maior autonomia política e administrativa às províncias (Partido Liberal). Quanto à questão das liberdades individuais, até esse momento, conservadores e liberais não manifestaram quaisquer discursos em defesa do fim da escravatura, uma vez que isso afectaria os interesses dos proprietários e, por extensão, os interesses do império, uma vez que este tinha nos proprietários de terras e escravos a base da sua sustentação política. É bem verdade que houve algumas excepções e, nesse sentido, é fundamental lembrar a *Representação* enviada por José Bonifácio à Assembleia Nacional Constituinte de 1823, propondo um plano gradual para pôr fim à escravatura, de modo a permitir a construção de um Estado efectivamente liberal no Império do Brasil.

As ideias de liberdade e de autonomia provincial seriam partilhadas por muitos políticos e pensadores durante o império. Aliás, é preciso atenção ao facto de que no Brasil do século XIX, as actividades políticas e intelectuais caminhavam lado a lado, já que os intelectuais actuaram activamente ocupando cargos na burocracia do Estado. De modo geral, é possível afirmar que os Estados Unidos da América eram fonte de inspiração para homens como Teófilo Otoni (VALDEI ARAÚJO 1999:154-190) e Tavares Bastos (1937), dois fervorosos

defensores da autonomia provincial. Neste particular, não é possível esquecer o papel importante desempenhado por Rui Barbosa – jurista, jornalista, escritor e político dos mais proeminentes do império – em defesa do federalismo. De facto, Rui Barbosa foi um dos mais ardorosos defensores da necessidade de implantação da república no Brasil, tendo como modelo os Estados Unidos e a sua organização federalista.

A obra de Tavares Bastos tornou-se emblemática da crítica à centralização e da defesa da autonomia provincial, devido à polémica promovida entre *A Província*, de sua autoria e o *Ensaio sobre o Direito Administrativo* e os *Estudos sobre Administração das Províncias*, escritos pelo visconde do Uruguai.

À defesa da autonomia provincial agregava Tavares Bastos a da não interferência do Estado na economia. Melhor dizendo, caberia ao Estado apenas estimular a agricultura, mas de resto, era necessário que as iniciativas individuais se pudessem expressar. (LUÍS WERNECK VIANNA 1997) É preciso ressaltar, também, que Tavares Bastos condenava a escravatura, na medida em que ela impedia a implantação da ordem liberal no Brasil e solicitava a intervenção do Estado para apressar o fim da escravatura, pois sabia que nas condições sociais do império era imprescindível que o Estado empreendesse as mudanças.

A experiência da autonomia provincial ocorreu no período conhecido pela denominação de “regências”. Depois do regresso de D. Pedro I a Portugal, onde se tornaria D. Pedro IV, a sucessão do trono brasileiro tornou-se uma questão vaga. Nestas circunstâncias os sentimentos a favor da autonomia provincial impuseram-se. O Acto Adicional de 1831 era, portanto, a expressão do desejo que aqui e ali se fora apresentando ao longo do reinado de D. Pedro I. O resultado das medidas descentralizadoras e autonomistas viabilizadas pelo Acto Adicional foi constantemente questionado por parte das províncias da autoridade do governo central. As revoltas sucediam-se e desafiar o poder central tornou-se prática corrente. O caos administrativo era geral, a insegurança grassava no império. Perante esta situação, foi decisiva a acção de homens como Honório Hermeto (marquês do Paraná), Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai), que estiveram à frente do processo político que levou à Maioridade de D. Pedro II pondo assim fim à experiência descentralizadora do período das regências e instaurando, uma vez mais, a ordem que, então, acreditava-se só poder existir com um governo monárquico.

Resolvida a questão da ordem, mediante a coroação de D. Pedro II e o conseqüente estabelecimento de um governo centralizado capaz de submeter os desejos de autonomia provincial, era necessário aperfeiçoar os mecanismos de administração do Estado, de modo a permitir que o sistema constitucional pudesse funcionar. Desta forma, através dos dispositivos presentes no poder moderador, o imperador promovia a alternância dos gabinetes entre conservadores e liberais,

tornando possível que ambos os partidos pudessem participar no jogo político e eleitoral. Contudo, a participação do Partido Liberal no governo não promoveu a concretização da sua proposta de maior autonomia provincial. O governo do império caracterizava-se por ser o mais centralizador possível.

É preciso considerar que a elite, política e intelectual, do império tinha em vista um projecto de construção de um Estado e nesse sentido, as pretensões de maior autonomia provincial expressas pelos liberais tornavam-se muito perigosas. O perigo advinha do risco de que a descentralização resultasse na desintegração da unidade territorial, já que algumas províncias tendiam a separar-se do império. Havia, porém outra questão bastante significativa e esta era a da ordem, que se via ameaçada pelas pretensões autonomistas, bem como pelo facto de que essa instabilidade política e administrativa poderia afectar o funcionamento da escravatura. O risco de que as lutas políticas pudessem chegar às senzalas levando à sublevação, tornou o projecto da Maioridade de D. Pedro II uma questão fundamental para a continuidade do império.

O momento conhecido por “Maioridade”, que resultou na coroação de D. Pedro II, viabilizou a pacificação dos ânimos, permitindo a consolidação da monarquia e do princípio centralizador. A abolição do tráfico de escravos, em 1850, introduziu um dispositivo novo no quotidiano da sociedade, posto que os capitais aplicados no tráfico, então libertos, puderam ser transferidos para outras actividades produtivas. Assim, os investimentos foram, em grande parte, dirigidos para a cidade do Rio de Janeiro, sede político-administrativa, uma vez que era aqui aquelas se concentravam.

Durante a década de 50 do século XIX, o império conheceu um intenso processo de urbanização marcado pela implementação dos serviços de água, gás, telégrafo, bondes, saneamento e estradas de ferro. Alie-se a isto o crescimento qualitativo e quantitativo do sector comercial, impulsionado pelos capitais antes aplicados ao tráfico de escravos, bem como o acréscimo proporcionado pelas lucrativas plantações de café do vale do Paraíba. Tais transformações, de natureza material, não estariam limitadas à área urbana, já que a euforia do progresso alcançaria também o mundo rural. A mecanização chegava às áreas cafeeira e açucareira.

A consolidação do império representou a pacificação dos ânimos e a imposição de um determinado princípio, o da centralização. Com isto, a questão de um governo que possibilitasse maior autonomia às províncias ficou adormecida. Temia-se que a agitação política pudesse resultar em revolta social que extrapolasse as divergências entre os proprietários, atingindo os escravos e inviabilizando, desta forma, a manutenção da ordem escravista.

O cenário, profundamente conturbado, complicara-se, sensivelmente, com o deflagrar da guerra do Paraguai. Isto porque o exército ocupava, até então, uma

posição secundária na hierarquia da sociedade imperial (atentemos para o facto de que o exército não constituiu o braço armado do Estado, já que o controle da violência estava nas mãos de uma instituição dirigida pelo ministério da Justiça, mas controlada por particulares: a Guarda Nacional). As vitórias conseguidas nas sucessivas batalhas viabilizaram a expressão da insatisfação da corporação. Face à vitória completa na guerra, a alta oficialidade recebera, como prémio, lugares destacados na burocracia estatal, acompanhados, alguns, de títulos nobiliárquicos. Porém, nos estratos intermediários, assim como nas gerações mais novas, a guerra reforçou inquietações.

A Escola Militar do Rio de Janeiro erigiu-se em espaço privilegiado, onde encontraram ressonância as insatisfações da jovem oficialidade. Os ensinamentos de Benjamin Constant Botelho de Magalhães exprimiam o descontentamento da corporação ante a ordem monárquica que lhes reservara um lugar tão secundário. Inspirados por determinadas leituras do positivismo de A. Comte consideravam o império como um reino onde sobressaía a anarquia. Adoptaram o positivismo, pois este, ao expressar a crença em valores como ordem, família e trabalho, aproximava-se do ideário da corporação. Face a esta conjuntura, surgiram diversos movimentos conhecidos pelo nome genérico de Questão Militar.

A guerra do Paraguai contribuíra também para reactivar a situação de incómodo face à escravatura, pois aquando da vitória definitiva, o conde D'Eu exigira a libertação dos escravos no Paraguai, enquanto que, no Império, a escravatura mantinha-se. Além disso, os escravos alistados no exército receberiam, ao retornar, a liberdade, o que gerava uma situação ambígua e difícil de sustentar. Por fim, os gastos com a guerra contribuíram para reacender insatisfações antigas e que estavam apenas adormecidas. Os desejos em prol da autonomia local iam sendo, a pouco e pouco, retomados.

Assim, em 1868, diante da queda do ministério liberal, por intervenção do poder moderador, o partido tomou a si o encargo de propor medidas mais radicais. O Clube da Reforma, fundado em 1869, publicou um manifesto onde acentuava a sua posição de que o “rei reina e não governa”. O movimento de radicalização não cessou aí e do seio do movimento liberal surgia, em 3 de Dezembro de 1870, na cidade do Rio de Janeiro, o efémero Partido Liberal Radical. Este advogava a bandeira da república fazendo publicar no jornal *A República*, o *Manifesto Republicano* que, inspirado no estabelecimento da terceira república em França, exigia mudanças na forma de governo, para o que se adoptava ainda, o modelo da república dos Estados Unidos da América.

## Os “Novos Ventos” e a Geração de 1870

O decênio de 1870 foi marcado por intensas transformações políticas e culturais no Império do Brasil. A propaganda republicana ganhava cada vez mais adeptos ao mesmo tempo que a lei do Ventre Livre, estabelecendo que as crianças negras que nascessem a partir de então seriam livres, representava um duro golpe no regime escravista. A elite intelectual, por outro lado, dividia-se quanto ao apoio à monarquia que cada vez mais era vista como uma forma de governo que impedia a chegada do progresso ao Brasil. Na realidade, começava a ganhar corpo um debate em torno do “atraso” do Brasil face a alguns países europeus e mesmo aos Estados Unidos.

O “bando de ideias novas”, denominação dada por Sílvio Romero (1910:359), inundou o império a partir do decênio de 1860 que marcou o início da renovação. No Nordeste surgia a denominada “Escola do Recife”, cujas figuras principais eram o próprio Sílvio Romero e Tobias Barreto. É preciso considerar, antes de tudo, que não existia unidade na então denominada Escola do Recife (ANTONIO PAIM, 1981): Sílvio Romero é marcado por uma forte influência de Spencer, traço que não se encontra em Tobias Barreto (TOBIAS BARRETO, 1926 e PAULO MERCADANTE e ANTONIO PAIM, 1972). De maneira geral é possível dizer que a Escola do Recife contribuiu para a renovação do Direito tendo-se caracterizado também por se dedicar à elaboração da História da Cultura Brasileira.

Combatia ferozmente a monarquia, considerada um obstáculo ao progresso do país e para esta crítica utilizava, de modo indiscriminado, as obras de Comte, Darwin, Taine, Renan, entre outros. Apoiando-se, inicialmente, no positivismo de Comte, cedo se afastariam deste. Os intelectuais ligados à Escola do Recife receberam ainda influências de Haeckel e do neo-kantismo em geral, e empenharam-se em abordar o homem como consciência. Condenava-se, por exemplo, a existência da escravatura porque se era natural a sua existência, como afirmava Aristóteles, era culturalmente inaceitável.

Os novos ventos trariam para o Império, além das mudanças propostas pela “Escola do Recife”, aquelas anunciadas pelo positivismo. Tratava-se do reconhecimento de que a monarquia constitucional não tinha capacidades para continuar a servir o crescimento do país. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim a sua transformação de modo a que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja, as mudanças técnicas, políticas e espirituais que se viviam na Europa, o ponto de referência para o desenvolvimento do Brasil.

O positivismo conseguiu ter mais adeptos no sudeste e no sul do país ainda que tivesse sido um maranhense, Francisco Antonio Brandão Junior, que integrava o grupo de Pereira Barreto em Bruxelas, o primeiro a utilizar a doutrina comteana para analisar a questão da escravatura (ADOLPHO CRIPPA 1979).

O principal foco de difusão das ideias positivistas foi, sem dúvida, a Escola Militar e deve-se a Benjamin Constant B. de Magalhães, professor da referida Escola, o facto da doutrina ter tido tanta adesão nos meios militares. Em São Paulo, coube ao médico Luis Pereira Barreto difundir nos meios intelectuais da província as ideias do positivismo. Por sua vez, Teixeira Mendes e Miguel Lemos, considerados positivistas ortodoxos (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 1998:189-201), foram os fundadores da Igreja Positivista no Brasil.

Contrários à escravatura, defensores do cientificismo, adeptos do progresso material e das artes mecânicas, da engenharia, da matemática e da tecnologia, os positivistas contrariavam o mundo criado pela monarquia. O exército e as camadas médias urbanas encontrariam, em seus pressupostos, um ponto de referência capaz de impulsionar as mudanças políticas, sociais e económicas no sentido de se construir uma sociedade moderna, integradora e distante do liberalismo, que dificilmente floresceria no Brasil, preso às tradições ibéricas e à permanência dos traços coloniais: patrimonialismo, escravatura, ausência de individualismo.

É preciso considerar que a chamada “geração de 1870” não foi inteiramente tomada pelo culturalismo da Escola do Recife ou pelo positivismo. Muitos dos seus membros voltaram-se para o cientificismo, mas permaneceram liberais. Os Estados liberais continuavam a ser os modelos inspiradores de intelectuais e políticos. Rui Barbosa, um dos ícones da geração, era adepto do liberalismo anglo-saxão e da experiência histórica norte-americana (1987). Já Alberto Sales, ideólogo do Partido Republicano Paulista, era liberal e simpatizante do cientificismo de Spencer (LUÍS W.VITA 1965 e MARIA EMILIA PRADO 2002).

A “geração de 1870” teve também entre os seus membros os mais entusiastas defensores do modelo republicano de governo. Os novos ventos que por aqui sopravam vinculavam de modo bastante estreito, ainda que não exclusivo, o progresso à república. A monarquia era sinónima de centralização ferrenha, escravatura, ruralismo, supremacia da Igreja, numa palavra: atraso. A república era a liberdade para as províncias, para o processo eleitoral (porque ficaria livre do poder moderador) e para a entrada de novos actores na política, provenientes de outros segmentos sociais. Os novos tempos exigiam a república.

A geração de 1870 preocupou-se, fundamentalmente, com a formulação de projectos capazes de tornar o Brasil um país moderno. Nesse sentido, a questão da escravatura precisou de ser enfrentada e na medida em que a monarquia estava estreitamente vinculada à escravatura, a forma republicana de governo ganhava mais e mais adeptos entre os intelectuais. Proclamada a república, em 1889, tornava-se premente a resolução da “questão nacional”. Colocar o país “ao nível do século”, superar o “atraso cultural”, eram questões que ocupavam a mente dos nossos intelectuais, sempre preocupados em entender o Brasil e

que se pautavam numa filosofia do progresso capaz de fazer frente ao atraso social e cultural existente. De modo geral, atribuía-se ao passado monárquico e à colonização portuguesa as raízes do atraso. Pouco a pouco foi tomando corpo e ganhando mais adeptos uma postura intelectual extremamente crítica ao passado monárquico. É preciso, no entanto, salientar a existência de exceções, donde se destaca a obra do conde de Afonso Celso, *Porque me Ufano de meu País* e de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*.

Com o intuito de entender as razões do atraso e os meios para superá-lo, os intelectuais enveredaram por múltiplos caminhos. Tendo como base as doutrinas científicas e em especial o darwinismo, houve os que, utilizando argumentos raciais, creditaram ao povo e à miscigenação a responsabilidade pelo desfazamento social e cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos e aos países da Europa Central. As teorias raciais, aliás, estiveram na base dos discursos em defesa da imigração, formulados no Brasil desde a década de 1870. Porém, alguns intelectuais começariam a procurar na situação colonial as marcas capazes de explicar o atraso e, nesse sentido, há que destacar que nas primeiras décadas do século XX, a intelectualidade brasileira voltou-se para questões de natureza cultural ou psicológica, caracterizadoras do colonizador português para explicar o atraso do Brasil.

Tavares Bastos, na sua obra *Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, foi o primeiro intelectual a empreender uma crítica sistemática à colonização portuguesa. Afirmava ele que

“a origem dos nossos males não está só nos recentes erros de ontem, como de ordinário se diz. Não! para descobri-la é preciso remontar ao curso de mais de um século, a muitos dias passados; é preciso procurá-la nesse longínquo tempo em que se encerrou a epopeia da Idade Média e começou o drama terrível da história moderna. O século XVI foi o teatro do absolutismo mais depravado. Para os povos de raça latina, sobretudo, ele é a expressão da guerra e da fome, da tirania e do fanatismo, da tortura e da fogueira, símbolos da maior miséria social.” (TAVARES BASTOS 1972: 27- 28 )

A colonização portuguesa seria objecto de uma análise extremamente crítica realizada por Manoel Bomfim na sua obra *América Latina males de origem* (BOMFIM, 1993), onde procurou abordar a herança colonial brasileira sob o prisma da natureza cultural do colonizador. Ao mesmo tempo que apontava o carácter extremamente predatório da colonização, imputava aos traços culturais ibéricos e especialmente aos portugueses, as razões de tal carácter.



## Manoel Bomfim e uma leitura da colonização portuguesa

Bomfim redigiu *América Latina. Males de Origem* ao longo do ano de 1903, momento em que recebeu a solicitação de um jornal de Paris, cidade onde residia à época, para que desse uma entrevista esclarecendo os problemas gerais com que se defrontava a América Latina. Levado a avaliar a extensão e complexidade do assunto sobre o qual lhe pediam opinião, dispôs o resultado das suas reflexões nessa obra na qual afirmava, de modo corajoso, o seu nacionalismo. Contestava a postura etnocêntrica dos jornalistas, escritores e políticos europeus que consideravam a América Latina uma região atrasada, povoada por mestiços indolentes e degenerados. Contestava ser a América Latina apenas uma terra de escândalos e de desonestidade. Bomfim condenava essa postura, mas reconhecia, como inegável, o nosso atraso. Afirmava que “A América do Sul mantém a reputação de ser o continente mais rico do Globo” mas que devido às constantes mudanças de governo, levantes, lutas políticas, os europeus permitem-se proclamar que “as repúblicas sul-americanas são afectadas de cesarismo crónico e estão por isso perdidas.” (BOMFIM 1993:38).

De nada adianta, continuava Bomfim que “haja países como o Brasil, onde, dentre todos os presidentes de conselho, não houve um só que não fosse considerado e reconhecido como homem probo e limpo, vivendo dos seus próprios recursos e todos geralmente pobres?” (BOMFIM 1993:42). Continuávamos a ser tratados como crianças a quem se repete continuamente “não prestas para nada, nunca serás nada.” (BOMFIM 1993: 43). Embora condenando essa postura Bomfim reconhecia o atraso da América Latina e conseqüentemente do Brasil pelo que, na sua obra, propôs-se a entender as razões ou raízes desse atraso.

Manoel Bomfim teve uma trajectória intelectual instigante. Nascido em 1868 na cidade de Aracaju, então província de Sergipe, pertencente a uma família proprietária de engenho de açúcar, iniciou aos 17 anos os seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Após a morte da filha, ocorrida no interior de São Paulo, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, abandonando a medicina. Dedicou-se então ao estudo da psicologia e da pedagogia e em 1896 tornou-se professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Durante a administração Pereira Passos foi para a Europa estudar aquelas disciplinas, e foi aí que redigiu *América Latina – males de origem*. De volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado director do Pedagogyum, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Passou então a defender a tese de que competia aos professores moldar a educação da infância e da juventude viabilizando, dessa forma, a construção do país.

A obra de Manoel Bomfim (SUSSEKIND E VENTURA 1994) revela traços bastante peculiares e as suas análises distinguem-se, em muitos aspectos, das dos

seus contemporâneos. O seu objectivo não era oferecer diagnósticos da realidade brasileira para, a partir deles, indicar um receituário capaz de remediar este ou aquele mal. Bomfim propunha-se a procurar as origens dos problemas que afligiam o Brasil e a América Latina, uma vez que estes seriam os responsáveis pelo impasse sócio-político que se vivia na altura.

À semelhança do que, anos antes, haviam feito José Bonifácio e Joaquim Nabuco, embora de modo diverso, Manoel Bomfim procurou encontrar as raízes desse atraso, os entraves que impediam a construção de uma sociedade liberal, democrática e integradora. Diferentemente de Joaquim Nabuco que encontrou na escravatura a raiz de todos os males, ou de José Bonifácio que, quase um século antes, alertara para a impossibilidade de se construir um país moderno com escravatura, Manoel Bomfim procuraria as razões desse atraso no processo colonial e no carácter dos povos colonizadores. Evidentemente não desconsiderava a escravatura, porém alertava:

“Aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso (...) O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes... é nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações actuais”.  
(BOMFIM 1993:53)

Ao voltar-se para os países colonizadores, Bomfim identificava neles os mesmos males que afectam os países da América Latina. O mesmo atraso, “uma geral desorientação, um certo desânimo, falta de actividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e sobretudo uma fraqueza” (BOMFIM 1993:54). Recusava-se a enveredar pelas teorias raciais, tão em voga nesse momento, e que creditavam à mestiçagem a responsabilidade pelos problemas enfrentados nos países latino-americanos. “De acordo com esses princípios”, afirmava Bomfim:

“os indígenas americanos, os pretos africanos, os negróides e malaios da Oceânia, foram declarados ‘inferiores’, em massa. Para estes o julgamento é definitivo; a sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos decretou que eles são ‘inferiores’, pois que se acham todos em estado social inferior ao dos outros povos”  
(BOMFIM, 1993:245)

Bomfim procurou refutar a argumentação de alguns políticos e intelectuais brasileiros que, desde o decénio de 1880, utilizavam o darwinismo social como explicação para o atraso do Brasil reputando, portanto, aos negros ou à mestiçagem as dificuldades de modernização do país. No capítulo denominado “elementos essenciais do carácter; raças colonizadoras; efeitos dos cruzamentos” analisou algumas das teorias raciais em voga refutando os seus argumentos. Afirmava ele que a superioridade de um povo sobre outro é relativa e evocava a História para uma tal comprovação: nos finais do século XIX e início do século XX, a Inglaterra era a principal potência “destarte, a superioridade da raça, que deverá ser definitiva para que a teoria possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses” (BOMFIM, 1993:245-246).

Prosseguia a sua argumentação afirmando que as teorias raciais apenas serviam para justificar a dominação colonial e as injustiças cometidas pelos Estados colonizadores. Assim, ainda que se proclamasse a superioridade da raça branca, dos famosos “dolicocéfalos louros da Europa”, Bomfim insistia no facto de que o factor racial não podia justificar a actual superioridade das nações por eles constituídas. Afinal,

“os morenos do Mediterrâneo, que produziram a civilização ocidental – tudo que nela se encontra de belo e de efectivamente original. Os tais louros seriam superiores à raça de onde saíram esses gregos – os criadores da arte, que levaram a poesia e as artes plásticas a um grau de progresso que ainda não foi ultrapassado; (...) de tal forma que não há grandes verdades, na filosofia actual, que não tenha sido pressentida ou afirmada por esses gregos; foram eles os organizadores das ciências abstractas; eles – Aristóteles e Hipócrates – que orientaram a ciência no sentido da observação, mercê da qual os modernos têm podido chegar aos maravilhosos resultados e descobertas de que nos orgulhamos: eles, os grandes propugnadores dos direitos da natureza humana, reconhecidos pelos seus grandes filósofos e jurisconsultos!” (BOMFIM, 1993:246-247)

Apesar de se recusar a operar com as teorias raciais, Bomfim recorria à Biologia na tentativa de compreender as razões da nossa imobilidade e incapacidade de nos tornarmos países similares aos da Europa Ocidental. Afirmava assim ser “princípio fundamental e corriqueiro de Biologia: que a função faz o órgão” (BOMFIM, 1993:..57) e que os organismos sociais, apesar de se regerem por leis

que lhes são peculiares, não podem estar “em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular” (BOMFIM, 1993:58).

Na sua maior parte os intelectuais brasileiros tinham formação jurídica e nesse sentido Manuel Bomfim, um homem já dos finais do século XIX, insere-se numa outra tradição, que então se iniciava, qual seja uma tradição científica. Desta forma, para a análise da origem dos problemas que dificultavam e, por vezes, chegavam mesmo a impedir que o Brasil pudesse construir uma nação marcada pela vigência dos princípios liberais e democráticos, Manoel Bomfim viria a recorrer aos conceitos da Biologia, de modo a tornar mais explícitas as críticas que empreendia. Deste modo, acreditava que as sociedades deviam ser encaradas como “organismos” sujeitos a leis categóricas. Segundo Bomfim, isto era o que tornava a sociologia uma ciência, ou seja, “o estudo de um conjunto de factos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, factos estreitamente dependentes e relacionados” (BOMFIM 1993:51). A sua análise prosseguia, assegurando que

“uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza (...) uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade”.(BOMFIM 1993:59)

Seria, portanto, na trajetória histórica da Península Ibérica que Manoel Bomfim procuraria encontrar as razões da incapacidade latino-americana de compreender o sentido da modernidade. Estaria no modo como se constituíram os países ibéricos as razões para uma determinada prática de colonização que por aqui se desenvolveu. Recuaria às invasões cartaginesas do século IV para mostrar como durante oito séculos a Espanha, em particular, viveu lutas permanentes que resultaram numa educação guerreira e numa cultura intensiva dos instintos belicosos, o desenvolvimento de tendências destruidoras e a impossibilidade de se habituar ao trabalho pacífico. Segundo Manuel Bomfim, essa cultura de conquistas e saques era a característica mais marcante dos povos ibéricos.

Foi com base nessa tradição belicosa que Manoel Bomfim interpretou a maneira como os espanhóis conquistaram os impérios inca e asteca. Terminada a fase de destruição teria, então, início a do sedentarismo que, para ele significava a fase da degenerescência. Alertava que, para Portugal, a conquista apresentou-se mais difícil devido ao pequeno tamanho geográfico do próprio reino. Assinalava, no entanto, que o Brasil e os países africanos foram colónias que permitiram a Portugal o exercício do sedentarismo. Do Brasil retirava os tributos, dízimos e monopólios, de África, beneficiava do tráfico negreiro (BOMFIM 1993:104).

Em Espanha, o parasitismo favorecido pelas conquistas, resultou na formação de uma aristocracia do dinheiro, capaz de abafar o desenvolvimento normal da sociedade. Igualmente em Portugal, a vida produtiva estagnou e passou-se a viver dos lucros provenientes das colónias.

Manoel Bomfim viu nessa forma de concepção ibérica do processo colonial, as raízes dos males que passariam a afligir, de modo permanente, a América Latina. A herança ibérica de parasitismo e degenerescência era, segundo ele, a responsável pela incapacidade da América Latina de se construir enquanto continente moderno e voltado para a difusão das actividades produtivas, propiciadoras de progresso para todos os seus habitantes.

Para Bomfim, quando deixámos de ser uma área colonial, a prática de se viver parasitariamente do trabalho de outrem, já se havia instalado. Lembremos, no caso do Brasil, a concentração das terras em poucas mãos, a presença marcante das actividades agrárias e, por fim mas jamais por último, a escravatura. Bomfim destaca o papel da escravatura como o meio utilizado para tornar mais viável o parasitismo. Ressaltava ele o facto de que

“as classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos – negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível, a viver com o mínimo de conforto e de alimentação”. (BOMFIM 1993:126)

Para Manoel Bomfim a escravatura guardava vínculos estreitos com o regime de colonização parasitária estabelecido pelos povos ibéricos, ou seja: na medida em que os ibéricos se encontravam acostumados à conquista e depredação, eles não concebiam a possibilidade de se estabelecer qualquer forma de ocupação de um território que não implicasse extrair daí o máximo de lucro com o mínimo de trabalho. Acreditava que, se as riquezas existentes na América tivessem aqui permanecido e fossem aplicadas em melhorar a produção nas novas colónias, elas teriam contribuído para construir a base da vida económica de uma sociedade estável. Esse espírito de parasitismo e destruição encontrava-se presente também nos homens que vieram para a colónia e esses homens eram aventureiros, especuladores desejosos do enriquecimento rápido e sem muito trabalho.

Ao explicar a lógica de funcionamento do Antigo Sistema Colonial, Manoel Bomfim atribuía a questões de natureza cultural, a implantação de um sistema de exploração colonial onde o objectivo do colonizador era extrair o máximo das colónias, não se preocupando em desenvolver nelas qualquer actividade produtiva capaz de propiciar o desenvolvimento da área colonial. Não havia

interesse em formar a população para o trabalho livre, bem como em desenvolver tecnologias na área colonial. Acostumados, ao longo dos séculos ao saque, espanhóis e portugueses objectivavam, apenas, extrair das colónias o maior lucro possível. Essa lógica, segundo ele, foi transplantada para as áreas coloniais e os que detinham o controle sobre as terras, a produção e o trabalho visavam também o lucro fácil. Na mesma linha de raciocínio de Joaquim Nabuco, intelectual que teve destacado papel no processo abolicionista, concluiria que “a escravidão foi a objecção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador e foi também a viciação da produção” (BOMFIM 1993:133). Compararia, por fim, a colonização ibérica com aquela empreendida na América do Norte demonstrando que esta última não foi vítima de um parasitismo integral.

“As colónias inglesas puderam organizar-se desde logo segundo convinha aos seus próprios interesses, e não foram vítimas de um parasitismo integral, como esse que as metrópoles ibéricas estabeleceram para as suas colónias”.(BOMFIM 1993:134)

Lembrava Bomfim que, embora na América do Norte também tenha existido escravatura, esta forma de organização do trabalho não atingiu todo o território, ao contrário do que aconteceu na América Portuguesa. No tocante à América Latina como um todo, há que se considerar também

“as desastrosas consequências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às industriais manufactureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular pela interdição de toda inovação progressista.” (BOMFIM 1993:134)

Diante deste quadro, a América Latina só podia ser caracterizada pela existência de lutas contínuas, pela perversão do senso moral, horror ao trabalho livre, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos.

Como resultado dessa forma de colonização, estabeleceu-se internamente nas sociedades latino-americanas um parasitismo de uma classe sobre a outra, dos que detinham os meios de produção sobre os que nada possuíam. Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e interessante afirmava Bomfim é o “conservantismo”. “Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina” (BOMFIM, 1993:160). Recusam-se a

qualquer mudança, são adeptos fervorosos do culto à vida tal qual ela se encontra organizada de modo que, no presente e no futuro, a vida se reduza à manutenção do estado existente no passado.

Em momentos de crise, alertava ele, vive-se uma agitação generalizada e um reconhecimento de que algumas modificações precisam ser introduzidas nos costumes implantados nas sociedades latino-americanas, mas para tal, valem-se das leis e desta forma acreditam que uma vez redigido um decreto, a necessidade social sobre a qual este legisla está resolvida. Esse modo de conceber o papel da legislação como agente de mudança resulta, para Manoel Bomfim, no facto de que as Constituições se sucedem sem que a sociedade tenha conhecimento delas. Ainda que retirando os seus argumentos da Biologia, apoiava-se em Massart e E. Vandervalden para defender a tese de que o parasitismo social diferia do biológico:

“os grupos parasitas se podem regenerar; tudo depende de que, uma vez reconhecida à causa da decadência, uma parte ao menos da sociedade se esforce para combatê-la – a essa causa – desabitando-se uns da vida parasitária contrariando as tendências, os hábitos e as tentativas desses que já não sabem nem podem viver, senão parasitariamente.” (BOMFIM 1993:314)

A educação constituía, assim, o meio para se viabilizar a transformação dessa sociedade excludente numa nação capaz de proporcionar liberdade e cidadania a todos os seus membros. É preciso considerar aqui a opinião corrente, entre os intelectuais latino-americanos, de que a educação era o meio capaz de proporcionar a transformação dos países em direcção à modernidade. A educação seria, portanto, o instrumento capaz de dotar o povo dos meios necessários para se posicionar na condução das questões nacionais. “Se faltam cidadãos para uma república, se faltam ao país homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação.” (BOMFIM 1996:542)

Bomfim não participou directamente, como interlocutor, no debate intelectual hispano-americano, mas ele conhecia esse debate e suas obras expressavam a mesma preocupação geral que orientava o meio intelectual hispano-americano: as questões indígena e negra, a herança ibérica, a introdução da civilização na América Latina, o modelo norte-americano, a educação como veículo para a transformação nacional (RODÓ, 1910; ALBERDI, 1981; SARMIENTO, 1996). Porém, a postura de Bomfim era extremamente crítica aos posicionamentos adoptados por boa parte dos intelectuais hispano-americanos, especialmente pelo facto de muitos deles defenderem as teorias raciais vigentes. No seu livro *O Brasil na América* (BOMFIM, 1929) ironizava as posições defendidas por

Carlos Octavio Bunge em *Nuestra América* (1903) que assinalaria a divisão da Argentina em castas raciais, classificadas como boas ou más segundo fossem brancas ou de cor. Igualmente criticara o desejo de europeização étnica expresso por Alberdi, ou ainda a visão dos índios como cruéis e sem ambição defendida por Alcides Arguedas em *Pueblo enfermo* (1909).

Entre a publicação de *América Latina – males de origem* (1905) e o *Brasil Nação. Realidade da Soberania Brasileira* (1931) pode-se constatar uma significativa mudança no modo pelo qual Manoel Bomfim acreditava ser possível viabilizar a transformação das nações latino-americanas. Continuava fiel à sua crença na educação, mas compreendia que seria impossível esperar da elite, que retirava o seu poder do parasitismo, predisposição em investir na educação nacional. Dessa maneira, em *Brasil Nação*, ainda que não abandonando a sua crença na ilustração, vislumbrava no movimento popular agrário um possível caminho de mudança, à semelhança do que acontecera no México. Manoel Bomfim passou então a defender a tese de que teria de vir do povo a mudança que nos conduziria em direcção ao progresso.

“Todo o argumentado até aqui – *Brasil na história, Brasil nação*, que é a história de dois séculos, demonstra-nos que não se pode esperar que venha de cima a obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente.” (BOMFIM 1996: 569)

Bomfim realizou um diagnóstico profundo das razões históricas do denominado “atraso” do Brasil e da América Latina em relação aos países hegemónicos europeus. Recusou-se a creditar ao povo, na vertente racial, as razões desse atraso. Foi o processo colonial caracterizado pela dominação, objectivando o lucro capaz de manter a ociosidade dos colonizadores, o responsável por essa situação. Reconhecia a dificuldade quase extrema para que ocorressem mudanças nas sociedades latino-americanas, na medida em que o processo colonial viabilizou o estabelecimento desse parasitismo também no interior da América Latina. Romper com essa inércia era uma questão fulcral. Afinal, os dirigentes, ao beneficiarem de toda esta situação, não tinham razões para viabilizar os meios necessários à mudança, nomeadamente a educação. Por outro lado, sem integração e sem cidadania, o Brasil e a América Latina não reuniam as condições indispensáveis para ingressar no rol das nações modernas.

Portanto, origens dos males que afectavam a América Latina e o Brasil em especial, deviam ser procuradas e analisadas a partir da colonização. Por outro lado, Bomfim acreditava na capacidade do povo para a realização de mudanças. A miscigenação racial foi apontada por Bomfim como sendo o ponto positivo produzido pela colonização portuguesa no Brasil. Afinal, a pluralidade cultural



era um dos factores mais importantes na constituição da identidade brasileira que acabou por ser efectivada em virtude da colonização portuguesa ter possibilitado essa miscigenação racial.

A recepção da obra de Manoel Bomfim pelo meio intelectual brasileiro oscilou entre a crítica e o esquecimento. Após o lançamento de *América Latina. Males de origem*, o crítico literário e pensador Sílvia Romero (ROMERO, 1906) foi dos primeiros a desqualificar a obra de Bomfim que, afinal tanto diferia do discurso racial que predominava nas análises da maioria dos intelectuais de então. Bomfim morreu em 1932 e a sua última obra, *O Brasil Nação*, foi publicada em 1931. Desde então, o cenário intelectual brasileiro relegou as análises ensaísticas de Manoel Bomfim ao esquecimento e só a partir da década de 1980 é que aquelas viriam a obter o merecido reconhecimento.

## NOTAS

1. Paulino José Soares de Souza juntamente com Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) e Eusébio de Queiroz que, na qualidade de ministro da Justiça, assinou em 1850 a lei que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil, constituíam o que ficou conhecido na historiografia como sendo a “trindade saquarema” ou seja, os principais chefes do Partido Conservador que por sua vez tomou a si a tarefa de promover a Maioridade do herdeiro do trono de modo a viabilizar a restauração da ordem, mediante a coroação de D. Pedro II, então com 14 anos de idade.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERDI, Juan Batista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, 4ª ed, Buenos Aires, Plus Ultra, 1981.

Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1826, tomo II

VALDEI L. DE ARAÚJO. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista”. In. MARIA EMILIA PRADO, (org) 1999, O Estado como Vocaçào. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista, Rio de Janeiro, Access.

RUI BARBOSA, 1987. *Trabalhos Políticos*. 1987 Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

TOBIAS BARRETO, 1966, *Estudos de Filosofia*. Brasília, Instituto Nacional do Livro.

MANOEL BOMFIM. 1993, *América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro, 4ª ed. Topbooks.

MANOEL BOMFIM. 1929, *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

MANOEL BOMFIM, 1996, *O Brasil Nação. Realidade da Soberania Nacional*. Rio de Janeiro, 2ªed. Topbooks.

- ADOLPHO CRIPA (coord.)1979. As idéias políticas no Brasil.São Paulo, Convívio.
- PAULO MERCADANTE E ANTONIO PAIM,1972, Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação. São Paulo, Editora Grijalbo/ USP.
- JOSÉ MURILO DE CARVALHO.1998, "A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média". In. Pontos e Bordados. Escritos de história e política. Belo Horizonte, ed. UFMG.
- ANTONIO PAIM. 1981. A Filosofia da Escola do Recife, São Paulo, Convívio, 2ª ed. 1981.
- MARIA EMILIA PRADO. 2002, "A unidade do império ameaçada: Alberto Sales e o separatismo". Rio de Janeiro, Intellectus, 2002, v.1,n.1.www2.uerj.br/~intellectus.
- JOSÉ ENRIQUE RODÓ. 1910. Ariel. Montevideú, Libreria Cervantes.
- SÍLVIO ROMERO. 1910. "Discurso de saudação a Euclides da Cunha, no ato de sua posse na Academia Brasileira de Letras". In Provocações e Debates, Porto, Liv. Chardron.
- SÍLVIO ROMERO, 1906. A América Latina, análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim. Porto, Chardron.
- DOMINGO F. SARMIENTO. Facundo: civilização e barbárie.Trad. Petrópolis, Vozes, 1996.
- FLORA SUSSEKIND e ROBERTO VENTURA.1984. Uma teoria biológica da mais Valia? História e Dependência: História e Dependência: cultura e Sociedade em Manuel Bomfim. São Paulo, Moderna.
- AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS. 1937, A Província. São Paulo, Cia Ed. Nacional.
- AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS.1938, Cartas do Solitário. São Paulo, 3ª ed, Cia Editora Nacional.
- AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS, 1972. Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro,Rio de Janeiro, Cia Ed. Nacional.
- VISCONDE DO URUGUAI.1862. Ensaio sobre o Direito Administrativo. Rio de Janeiro.
- LUÍS WASHINGTON VITA, 1965, Alberto Sales, ideólogo da República. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- LUÍS WERNECK VIANNA.1997, "Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira". In A Revolução Passiva, Rio de Janeiro, Revan/ Iuperj.